

A POLÍTICA EXTERNA DE ERNESTO GEISEL: O PRAGMATISMO ECUMÊNICO E RESPONSÁVEL NO CONTINENTE AFRICANO

*Nícolas de Oliveira Braga*¹
PUCRS

Resumo

O Brasil e o continente africano compartilham de semelhanças históricas e culturais. A cultura dos povos africanos, inclusive, está diretamente ligada com a construção da identidade brasileira. Entretanto, os processos de modernização política afastaram o Brasil do continente ao longo dos anos e só houve uma reaproximação no início da década de 1960. Porém, configurou-se uma nova ruptura nas políticas de aproximação com o golpe militar de 1964. Somente no governo Geisel (1974-1979), com a política externa conhecida como Pragmatismo Ecumênico e Responsável, o Brasil voltaria a estreitar laços com os países africanos. Não somente acordos comerciais e econômicos, mas também no reconhecimento dos novos Estados independentes. Diante disso, o estudo buscou, mediante revisão bibliográfica e análise documental, analisar as políticas de relações exteriores do Brasil com o continente africano na segunda metade do século XX, relacionando seus processos de independência e a ascensão das novas lideranças do Terceiro Mundo.

Palavras-chave: Relações Exteriores; Ditadura Militar; Independências Africanas.

ERNESTO GEISEL'S FOREIGN POLICY: ECUMENICAL AND RESPONSIBLE PRAGMATISM ON THE AFRICAN CONTINENT

Abstract

Historically, Brazil and the African continent share historical and cultural similarities. The culture of African peoples is also directly linked to the construction of Brazilian identity. However, the processes of political modernization removed Brazil from the continent over the decades and there was only a rapprochement in the beginning of 1960s. However, there is again a rupture in the approximation policies from the 1964 military coup. Only in the Geisel government (1974-1979), with the foreign policy known as Ecumenical and Responsible Pragmatism, would Brazil once again strengthen ties with African countries. Not only trade and economic agreements, but also in the recognition of the new independent states. Therefore, the study sought, through literature review and documental analysis, to analyze the foreign relations policies of Brazil with the African continent in the second half of the twentieth century, relating to its processes of independence and the rise of the new leaders of the Third World.

Keywords: Foreign Policy; Military Dictatorship; African Independence.

1 Graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista CNPq. E-mail: oliveira.nicolas23@edu.pucrs.br.

INTRODUÇÃO

O Brasil e o continente africano possuem ligações que se comunicam desde as colonizações portuguesas. Tamanha é a influência dos povos africanos na construção da identidade brasileira que se impossibilita separá-los ou dissociá-los de uma formação cultural, política e histórica. Dessa forma, o continente africano está diretamente ligado com a construção não só identitária e cultural brasileira, mas também econômica, uma vez que o fluxo de comércio de escravizados era elevado. As pressões inglesas pelo fim do comércio de escravizados africanos, juntamente com a expansão colonial na África, fizeram com que as relações entre o Brasil e o continente enfraquecessem (DIGOLIN, *et al.* p.2).

Seria apenas no governo de Jânio Quadros e João Goulart, na década de 1960, com a Política Externa Independente, que o continente africano se tornou novamente pauta nas relações exteriores, para além dos laços culturais, mas sobretudo econômicos, que a atenção aos países africanos deveria ser direcionada (VISENTINI, 2015, p.77). Contudo, um dos temas de maior foco entre os pesquisadores de Política Externa Brasileira encontra-se nas relações exteriores durante o comando dos militares, uma vez que os discursos da política doméstica e exterior poderiam opor-se por representarem caminhos distintos de uma noção de progresso.

Dentre todos os governos militares, o de Ernesto Geisel (1974-1979) é apontado pela literatura como o de maior atividade em prol das relações exteriores. Ao tomar posse, Geisel promoveu o que seria denominado como Pragmatismo Ecumênico e Responsável ao adotar uma nova perspectiva diante da política externa brasileira. Apresentando uma ruptura com os demais governantes militares, o governo Geisel torna central para o Brasil uma aproximação com os novos Estados africanos. O objetivo da política externa Ecumênica e Responsável era tornar os interesses nacionais de forma que estes não se subordinassem às imposições externas, sobretudo oriundas dos Estados Unidos (SPEKTOR, 2004, p. 195), ainda que respeitasse as relações entre ambos. Essa perspectiva de construção e defesa dos interesses nacionais caminhava na direção oposta ao alinhamento automático com os estadunidenses, rompendo com as políticas comumente adotadas durante os governos militares. Nesse sentido, muitas foram as aproximações políticas e comerciais entre o Brasil e os novos Estados africanos. Diante dessa perspectiva, este estudo tem como objetivo analisar as relações do governo de Ernesto Geisel, diante de sua política externa denominada de Pragmatismo Ecumênico e Responsável nas relações com os novos Estados africanos. Para tal, partiu-se da revisão bibliográfica e análise documental para que fosse possível avaliar discursos, processos diplomáticos e contexto histórico que moldaram a conjuntura do período. A pesquisa, portanto, estrutura-se em três etapas: i) contextualização dos povos africanos na Guerra Fria e seus processos de independência; ii) contextualização das relações entre o Brasil e o continente africano entre os anos 1960 e 1970, e, por

fim; iii) o Pragmatismo Ecumênico e Responsável de Ernesto Geisel nas relações com os novos Estados africanos.

O primeiro capítulo trata da construção e fomento para os processos de independência dos Estados africanos na segunda metade do século XX. Para além dos Estados Unidos e da União Soviética, muitos foram os fatores e atores externos e internos, diga-se de passagem, que influenciaram na tomada de decisão para os processos de independência. O segundo, então, trata de uma breve recapitulação das relações do Brasil com o continente africano a partir da década de 1960, período em que os militares assumem o posto, dando embasamento para a continuidade ou ruptura das políticas de relações exteriores ao longo das décadas e que discorre sobre a política externa dos governos militares, de forma geral, mas sobretudo nas relações com países africanos, fornecendo insumos para as mudanças adotadas nas relações exteriores do governo Geisel em relação aos demais governantes militares. Por fim, o terceiro capítulo expõe as práticas da política externa de Ernesto Geisel na aproximação com os novos Estados Africanos.

O CONTINENTE AFRICANO NA GUERRA FRIA

O termo “Guerra Fria” foi pela primeira vez utilizado no final da década de 1940 quando historiadores buscavam a denominação do fenômeno que buscava explicar a aliança dos Estados Unidos e Grã-Bretanha na mesma medida em que a União Soviética colapsava (WESTAD, 2010, p.3). Inicialmente, o termo dava significado para as políticas de Stalin nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, essa interpretação que personificava as políticas stalinistas deu lugar, no início dos anos 1950, para a *ideologia comunista*, o contraponto da agenda Estadunidense, sobretudo, como principal causa da Guerra Fria. Ainda que se tratasse de um conflito de segurança internacional, a Guerra Fria, essencialmente, representou uma disputa por alianças e ideias políticas (WESTAD, 2010, p.4).

A expansão da Guerra Fria para os países do Terceiro Mundo na década de 1960 incluiu capítulos importantes para o desenvolvimento e duração do conflito. No mesmo período, o surgimento de novos Estados na Ásia e África acirrou a disputa ideológica da Guerra Fria entre as superpotências, que visavam adentrar no Terceiro Mundo com maior influência nos Estados agora independentes e, para além disso, um conflito de versões distintas sobre um Estado pós-colonial. Nesse sentido, a globalização da Guerra Fria intensificou a intervenção das superpotências no continente africano e asiático, aumentando o custo da competição e estendendo o conflito (WESTAD, 2010, p.10).

No início do século XX, a maior parte dos países africanos e asiáticos eram colonizados de forma direta ou indireta pelas potências europeias. Entretanto, as décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial fragilizaram o regime imperial. Em sua maioria,

o processo de independência dessas colônias foi dado através da violência extrema. Contudo, as décadas de 1950 e 1960 representam uma nova face aos países colonizados. Nesse período, o continente africano protagonizou o processo de independência de dezessete ex-colônias (BRADLEY, 2010, p. 464) Diante dessa conjuntura, diversos foram os alinhamentos entre os países africanos e asiáticos sobre os rumos que deveriam adotar em busca da autonomia dos Estados. Este debate culminou na criação de diversas conferências que ambicionavam e desenvolveram lideranças pós-coloniais. As Conferências de Bandung (1955) e dos Não-Alinhados em Belgrado (1961) e Cairo (1964), por exemplo, popularizaram Jawaharlal Nehru, na Índia, Ahmed Ben Bella, na Argélia e Gamal Abdel Nasser, no Egito, que tornaram-se os principais expoentes que partilhavam de uma nova perspectiva anti-imperialista e de cooperação econômica entre aqueles que aspiravam a libertação de uma dominação colonial (LATHAM, 2010, p. 258). O discurso concentrava-se em desmontar a bipolaridade da Guerra Fria.

Nessa perspectiva, os novos Estados do Terceiro Mundo buscavam, sobretudo, o direito de decidir seus próprios caminhos, alinhados com seus interesses nacionais, sem a influência das superpotências no processo de tomada de decisão. Apesar disso, muitas eram as dificuldades de articulação da autonomia sem os recursos das grandes potências. Além dos Estados Unidos e da União Soviética, a China maoísta também circundava e emergia como um importante aliado junto aos processos de independência. Este processo de aproximação das superpotências, ainda que primordialmente repelida pelas lideranças pós-coloniais, tornou o Terceiro Mundo um palco de testes do capitalismo liberal e das diferentes vertentes do socialismo (LATHAM, 2010, p. 259). O início da década de 1960, então, intensificou as intervenções nos países africanos e asiático. Embora suas claras distinções, o período da descolonização apresentou para os Estados Unidos, China e União Soviética uma oportunidade singular de proporcionar mudanças sociais, mudando os rumos do Terceiro Mundo.

A descolonização na África, por exemplo, ocorreu de tal forma que as superpotências foram incapazes de controlá-las. As diferentes facetas da diplomacia dos Estados africanos, que foram reorganizadas durante seus processos de autonomia, desafiaram as velhas e tradicionais práticas das relações exteriores, sobretudo em relação às grandes potências, uma vez que os novos Estados emergentes aspiravam aproximação com países em situações semelhantes. A nova prática diplomática pós-colonial, levando em conta um contexto de descolonização, crescimento populacional, problemas ambientais, relações entre entidades supranacionais e processos de autonomia que envolviam planejamento e ações conscientes de povos colonizados enfraqueceram o sistema da Guerra Fria, obrigando que os Estados Unidos, a União Soviética e a China tornassem sua participação mais intrusiva nestes Estados (BRADLEY, 2010, p. 458).

O processo de independência dos novos Estados, somados à entrada das superpotências durante a Guerra Fria tornou o Terceiro Mundo um palco violento da experimentação de novos mercados e postos de influência capitalista e socialista. Muito

embora tenha esboçado a autonomia das ex-colônias, o período de transição para um Estado pós-colonial reflete inúmeros problemas sociais nos novos Estados que perduram até hoje. Apesar disso, oportunizou às novas lideranças anticoloniais a propagação de novos discursos e perspectivas, antes sufocadas pelo poder das colônias. Tornando público seus novos ângulos de modernidade, os países africanos, ainda que com os mais diferentes alinhamentos ideológicos, passaram a ter sua autonomia reconhecida por outros Estados. Ainda que não de prontidão, o Brasil passou a olhar para os Estados africanos na década de 1960 como uma oportunidade comercial, sobretudo, mas que também estava alinhada pelos laços históricos e culturais, como será abordado no próximo capítulo.

O BRASIL NO CONTINENTE AFRICANO NOS ANOS 1960

O momento de reaproximação brasileira com os países africanos inicia-se com o governo de Jânio Quadros e João Goulart, na década de 1960, com a chamada Política Externa Independente (PEI). Para a literatura das Relações Internacionais, este é o marco da presença africana na política externa brasileira de forma efetiva. A PEI, então, tinha como objetivo tornar o Brasil protagonista na agenda internacional, na mesma medida em que buscava diversificação na aproximação de novos Estados, refletindo os interesses nacionais traduzidos em pautas das relações exteriores (DIGOLIN, *et al.* 2016, p.2). Tendo como marco a universalização e a autodeterminação dos povos, a Política Externa Independente trouxe ao Brasil novas perspectivas e compromissos. Segundo Jânio Quadros:

“Não menos importantes, hoje em dia, do que os laços tradicionais que nos ligam à Europa, são os interesses, aspirações e pontos de contato entre o Brasil e os povos da África. [...] Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais, repetimos, todos, sem exceção, atinjam sua independência. [...] O Brasil formula os melhores votos para que os entendimentos entre os dois grandes estadistas que são De Gaulle e Bourguiba, possam facilitar o encaminhamento de uma solução decisiva e heróica para a luta do povo argelino. [...] O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão construir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este Governo empresta à sua política de aproximação com a África.” (MUNIZ, 2009, p.24).

Nesse sentido, o redirecionamento da política externa brasileira voltou suas atenções ao continente africano, o que refletiu na criação de um departamento no Ministério das Relações Exteriores específico para o assunto. A importância do continente africano na agenda da política externa brasileira era tamanha, que Grupos de Trabalho do Itamaraty visitaram os novos Estados africanos para que fosse viabilizado o estabelecimento de novas embaixadas no continente, o que seria concretizado pos-

teriormente na Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Nigéria e Senegal, além de consulados em Angola, Congo, Moçambique, Quênia e Rodésia do Sul (DIGOLIN, *et al.* 2016, p.2). Além disso, o Brasil, através de sua participação na Organização das Nações Unidas, declarou apoio sobre a Concessão da Independência aos Povos e Países Coloniais, permitindo que Estados africanos pudessem ingressar à ONU.

Entretanto, o golpe de 1964 encerrou o curto período democrático brasileiro, instaurado em meados da década de 1940, rompendo com a filosofia de poder moderado dos militares e instalando-o como poder efetivo do Estado (SILVA, 1989, p.349). A partir deste momento, oriundo de um suposto alinhamento à esquerda de João Goulart, o golpe militar trouxe uma expectativa de equilíbrio às elites políticas. Sendo assim, uma nova reconfiguração na política externa era iminente. A nova orientação do Itamaraty, então, tomou como base as pautas da Escola Superior de Guerra (GONÇALVES, 1993, p.213). Reconfiguração essa que seria efetivada em abril de 1964 com Castelo Branco, que efetua uma ruptura abrupta com a Política Externa independente de Jânio Quadros. Diante desse cenário, constrói-se uma narrativa que contrapõe a PEI em uma perspectiva do bloco ocidental em oposição ao bloco comunista e, em cima disso, instala-se uma estratégia de segurança e desenvolvimento da política externa brasileira. Sucessivamente ao governo de Castelo Branco, o mandato de Costa e Silva (1967-1969) apresentou uma singela descontinuidade com a rigidez aplicada no governo anterior. Algumas diretrizes da política externa tornaram-se mais flexíveis, firmando novas representações diplomáticas em Uganda, Tanzânia e Zâmbia (DIGOLIN, *et al.* 2016, p.3).

Embora houvesse rompido com as diretrizes da política externa anterior, o período militar, agora sob mandato de Médici, no final dos anos 1960, enxergava no continente africano uma parte da estratégia que visava a segurança nacional e aspiração brasileira enquanto potência. Durante o período, o governo de Médici acreditava estar o continente africano diretamente interligado aos interesses estratégicos e econômicos. Se por um lado era fundamental a aproximação econômica com os países da faixa tropical, por outro, era igualmente importante o controle da fronteira leste, o que necessitava de estreitas relações com Portugal e África do Sul, esboçando uma aproximação mais efetiva em comparação aos anteriores governantes militares, embora mantivesse o caráter das relações exteriores. Apesar da aproximação dos países do continente africano, entre os militares, foi apenas com Ernesto Geisel que os países da África passaram a ocupar maior significância na agenda do Ministério das Relações Exteriores, como será abordado no próximo capítulo.

O PRAGMATISMO ECUMÊNICO E RESPONSÁVEL DE ERNESTO GEISEL

Ao tomar posse em março de 1974, Ernesto Geisel reformulou o quadro do Ministério das Relações Exteriores e indicou que a base do regime autoritário, iniciado em 1964, seriam agora flexibilizados de forma efetiva. No mesmo discurso, o então

presidente denominaria sua política externa de *Pragmatismo Ecumênico e Responsável* (SPEKTOR, 2004, p. 191). É preciso ressaltar, entretanto, que a conjuntura em que Geisel assume o poder é distinta de seus antecessores. Nos anos 1960, houve uma expectativa de acelerado crescimento econômico que levaria o Brasil a tornar-se uma grande potência em um curto espaço de tempo. Contudo, essa esperança deu lugar aos receios que se desenhavam na nova face do sistema internacional (GONÇALVES; MYAMOTO, 1993, p.229). Nesse sentido, as contrariedades domésticas e externas praticamente enterravam o desejo do “milagre brasileiro”. A relativa estabilidade diplomática internacionalmente, ocasionada pelo diálogo entre as superpotências, passou a deteriorar-se, ocasionando instabilidades e incertezas. Coube, então, ao pragmatismo ecumênico e responsável enfrentar os desafios internacionais, ainda que mantivesse o plano de fortalecimento nacional praticado por governos antecessores.

O posicionamento não-alinhado da política externa de Geisel, era traduzida por uma inexistência de preferências de aliados, buscando novas frentes de participação. Em cima dessa conjuntura, que, além dos desequilíbrios citados anteriormente, também estava imersa em uma economia desaquecida, refletida na Crise do Petróleo, além das consequências da Guerra do Vietnã. Somado a isso, os anos 1970 também foram palcos de violentos conflitos, muitos por processos de independência, no continente africano, asiático e no Oriente Médio. Diante dessa perspectiva, o Brasil aproximou-se de países vizinhos da América Latina, além de estabelecerem relações com a China. Em relação ao continente africano, diversas foram as políticas que representaram esse novo comportamento. Além dos novos acordos comerciais, houve um crescimento nas visitas oficiais, missões diplomáticas e participação nos diferentes debates da agenda internacional, como a Conferência Mundial sobre o Apartheid, em 1978, IV Reunião Anual da Junta de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento e Conferência Mundial de Apoio aos Povos Do Zimbábue e Namíbia (DIGOLIN, *et al.* 2016, p.4), por exemplo. Além disso, muitas foram as forças diplomáticas brasileiras para o reconhecimento dos Estados africanos. Logo em 1974, o Brasil reconheceu a independência de Guiné-Bissau, antes mesmo que Portugal o fizesse. No ano seguinte, faria o mesmo com a Angola, fazendo com que o Estado brasileiro fosse o primeiro a reconhecer a autonomia do governo angolano (DÁVILA, 2010, p.37), ganhando notoriedade entre os países do Terceiro Mundo. Neste caso, especificamente, a manobra diplomática precisou ser extremamente calculada. Isso porque, internamente, a Angola possuía três movimentos de independência: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Esses três grupos, embora com o mesmo objetivo, já possuíam negociações com Portugal para seu processo de autonomia, porém divergiam entre si de forma ideológica e pessoal. Nesse cenário, o Brasil reconheceu a vitória do MPLA, grupo de caráter marxista e que representou uma manobra de risco ao Estado brasileiro,

mas que se concretizou com sucesso. Este foi um marco que redefiniu a participação do Brasil no continente africano. Até então a percepção era de que o governo de Ernesto Geisel estivesse alinhado com as decisões do Novo Estado Português, mas que, a partir do episódio de Angola, foi substituído por uma imagem de frente na luta contra o apartheid (GONÇALVES, 1993, p. 232).

Durante o mandato de Ernesto Geisel, iniciou-se um processo de estreitas relações com os países africanos. O aperfeiçoamento do Itamaraty nas questões africanas desenhou uma série de condutas que lhe permitiam tratar, de forma crítica e diplomática, dos processos individuais que conduziam os Estados do continente africano nos anos 1970. Neste período, as relações pacíficas, além de novas oportunidades comerciais, também foram traduzidas nos esforços diplomáticos, como apresentado anteriormente. Ainda que o enfoque da aproximação fosse político, a esfera comercial esteve presente, uma vez que o continente surgia para a economia brasileira como um mercado em potencial.

Mostrava-se, assim, uma ruptura nas políticas para com o continente africano. Anteriormente, as relações concretizaram-se sob o aspecto comercial e econômico, e, a partir da política de Ernesto Geisel, as relações passaram a incluir representações políticas e culturais. O período ainda marcou o apoio brasileiro em resoluções favoráveis às independências de Namíbia, Rodésia e Zimbábue, além dos acordos comerciais de petróleo, alimentos, roupas e veículos com a Nigéria. Somado a isso, durante o governo de Geisel novas embaixadas brasileiras foram abertas em Alto Volta, Angola, Cabo Verde, Gabão, Moçambique e outros países do continente africano, o que concretizou a presença brasileira no continente (DIGOLIN, *et al.* 2016, p.5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou apresentar o contexto em que o continente africano se encontrava na segunda metade do século XX, dentro de uma conjuntura internacional na qual o Brasil teve um significativo papel enquanto liderança regional. Muito embora a política doméstica brasileira fosse reflexo de um golpe militar, efetivado em 1964, e que rompeu com as tendências *esquerdistas* de Jânio Quadros, e que inicialmente tenha adotado medidas de alinhamento automático aos Estados Unidos, o governo de Ernesto Geisel, sob sua política externa denominada de Pragmatismo Ecumênico e Responsável, optou por uma ruptura com as condutas das relações exteriores anteriormente adotadas por Castelo Branco, Costa e Silva e Médici. A diversificação estratégica das relações diplomáticas do Brasil favoreceu para uma aproximação mais efetiva do Estado brasileiro com o continente africano, sendo, então, a mais ativa desde o processo de independência brasileira, uma vez que o governo de Jânio Quadros, que também aspirado contato com os países africanos, não obteve continuidade.

A segunda metade do século XX representou para o continente africano um período em que as forças coloniais enfraqueceram e que oportunizaram processos de independência. A aspiração de novas lideranças pós-coloniais como Nehru, Ahmed Ben Bella, Nasser, por exemplo, idealizaram novos horizontes para os novos Estados africanos, que encontravam nestas personalidades a personificação da autonomia de seu povo. Apesar disso, muitas foram as dificuldades para que tais processos se consolidassem, visto o contexto da Guerra Fria em que as superpotências, ainda que antagônicas ideologicamente, e aqui incluo a China maoísta, além de União Soviética e dos Estados Unidos, naturalmente, enxergavam nos países do Terceiro Mundo novos polos de influência. Internamente, foram diversos os conflitos que, apesar de aspirar os mesmos objetivos, divergiam entre si, sobretudo na perspectiva ideológica, e que tornaram os processos de autonomia ainda mais violentos, como o caso da Angola, citado anteriormente.

Nesse sentido, a política externa do governo de Ernesto Geisel rompe com o comportamento tradicional das relações exteriores dos governos militares. Ao invés do alinhamento automático, utilizou-se do contraponto: o não-alinhamento. Essa conduta forneceu ao Itamaraty ferramentas e práticas que permitiram a inserção brasileira no continente africano para além das relações comerciais e econômicas, ainda que estas estivessem presentes. Assim, o Brasil aumentou sua influência entre os países africanos ao estabelecer laços diplomáticos que reconheciam sua autonomia, independentemente da ideologia adotada pelos novos Estados. Tamanha foi a importância dos países africanos para o Ministério das Relações Exteriores, que estes laços foram traduzidos em missões diplomáticas, embaixadas, alinhamento em fóruns internacionais e demais práticas que estreitaram tais relações. Conclui-se, portanto, que o fortalecimento das relações brasileiras, sob o comando de Ernesto Geisel, com os países do continente africano, pode ser considerada como uma prática que ressignificou as estruturas de poder do sistema internacional do período, atendendo as necessidades do Terceiro Mundo não apenas comerciais e econômicas, mas também diplomáticas e políticas.

Referências

BRADLEY, Mark Philip. Decolonization, the global South and the Cold War, 1919-1962. In: WESTAD, Odd Arne; LEFFLER, Melvin (Eds.). **The Cambridge of The Cold War**. Vol.1 - Origins. New York: Cambridge, 2010.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: Brazil and the challenge of african decolonization, 1950-1980**. Londres: Duke University Press, 2010. 313 p.

DIGOLIN *et al.* O continente africano na política externa brasileira: de Jânio Quadros a Lula da Silva. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 24, jun./jul. 2016, p. 94-109, 2016.

GONÇALVES, Williams da S.; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.

LATHAM, Michael. The Cold War in The Third World, 1963-1975. In: WESTAD, Odd Arne & LEFFLER, Melvin (Eds.). **The Cambridge of The Cold War**. Vol.2 – Crises & Détente. New York: Cambridge, 2010.

MUNIZ, C. B. A. **Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros** [livro eletrônico]. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. p. 24, 2009.

SILVA, Hélio. **O poder militar**. Porto Alegre: LPM, 1984.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 2, n. 47, p. 191-222, 2004.

VISENTINI, P. F. Cooperação Sul-Sul, Diplomacia de Prestígio ou Imperialismo “soft”? As Relações Brasil-África do Governo Lula. **SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM-POA**, v. 1, n. 1, p. 65-84, 2015.

WESTAD, Odd Arne. The Cold War and the International History of the Twentieth Century. In: WESTAD, Odd Arne; LEFFLER, Melvin (Eds.). **The Cambridge of The Cold War**. Vol.1 - Origins. New York: Cambridge, 2010.